



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO **140** ANOS
com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 140 NÚMERO 3066 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
MAIO 2019 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Arménio Carlos

Em mês de efemérides-farol para os trabalhadores, falamos com Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP-IN, sobre a atual solução governativa, quais os principais desafios para a luta dos trabalhadores, e que papel podem os sindicatos desempenhar num mundo de constantes desenvolvimentos tecnológicos. **págs. 8 e 9**



ELEIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU

Lá se fazem, cá se pagam

Começou por ser económica, hoje é muito mais do que isso. Desde a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) em 1985, assinada pelo então primeiro-ministro Mário Soares, que o país se tornou me-

nos auto-suficiente e tem visto a sua soberania limitada por Bruxelas. Em vésperas de eleições ao Parlamento Europeu, revisitamos a história e o projeto de uma união que se tem mostrado ingrata para Portugal. **págs. 6 e 7**



A VOZ DO OPERÁRIO

Abril numa escola de Abril

Como se transmite o valor histórico do 25 de Abril? Esse exercício, essencial à criação de um sentimento de pertença e de defesa dos seus valores, é objetivo permanente nas escolas d'A Voz do Operário. **págs. 4 e 5**



CGTP quer salário mínimo nos 850€

Uma das principais reivindicações ouvidas nas ações de Abril e Maio por todo o país viria a ser respondida pelo secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, na intervenção que dirigiu aos trabalhadores, em Lisboa, quando anunciou que a central sindical exige o aumento do salário mínimo para 850€. **pág. 13**



Eleições em Israel

A 9 de Abril de 1948, uma operação de milícias sionistas varreram a fogo a vila palestina de Deir Yassin. Setenta e um anos depois, as 21.ª eleições em Israel abriram a Netanyahu a possibilidade de se tornar no primeiro-ministro há mais tempo em funções. A coincidência de datas terá sido um acaso, mas diz muito sobre o quadro político em Israel. **pág. 14**



A Voz do Operário é condecorada

No dia 22 de abril, A Voz do Operário recebeu, pelas mãos do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, as insígnias de Membro Honorário da Ordem da Liberdade, tal como havia sido anunciado por ocasião do seu 136.º aniversário. Trata-se de mais de um século de resistência, reconhecido pela mais alta instância do Estado português. **pág. 16**

A Voz do Operário agraciada como Membro Honorário da Ordem da Liberdade

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Tal como tinha anunciado no jantar de comemoração do 136.º aniversário da nossa Instituição, o Presidente da República agraciou A Voz do Operário como Membro Honorário da Ordem da Liberdade.

Esta é uma condecoração que muito honra A Voz do Operário e enche de orgulho todos os que ao longo da sua riquíssima história pugnaram pela dignificação dos trabalhadores, reconhecendo o grande património de resistência e luta em prol da liberdade, por uma sociedade mais justa e de progresso para todos.

Esta é a condecoração dos que há 140 anos lutaram pela liberdade de expressão repudiando o facto de os jornais de então terem recusado a publicação de um artigo sobre os problemas e reivindicações dos operários tabaqueiros, tendo como resposta fundado o Jornal "A Voz do Operário" que sempre se manteve irredutível na defesa dos justos interesses dos trabalhadores, constituindo um espaço onde as suas aspirações, reivindicações e lutas continuam a ter um profundo eco.

Esta é a condecoração dos que há 136 fundaram a Sociedade A Voz do Operário, que para além de ser suporte do Jornal, desse corpo à luta pela dignidade dos operários, tendo também como grande objetivo a promoção de escolas para que os trabalhadores e os seus filhos tivessem acesso ao ensino.

Esta é a condecoração que homenageia aqueles que n'A Voz do Operário, no final do século XIX e princípio do século XX, associaram a luta pela dignidade do trabalho e melhores condições de vida à luta contra a monarquia e pela instauração da República.

Esta é a condecoração de quem na Voz do Operário resistiu aos tempos negros do fascismo e lutou para que Abril fosse possível.

Esta é a condecoração de todos os que sempre fizeram d'A Voz do Operário um efetivo Espaço de Liberdade, ponto de acolhimento de múltiplas iniciativas de luta pelas causas dos trabalhadores, recordando entre outras, as reuniões sindicais que nesta casa tiveram lugar, mesmo

em plena vigência do regime fascista.

Esta é a condecoração de todos aqueles que sempre fizeram d'A Voz do Operário uma casa de promoção e divulgação da cultura, dando assim um importante contributo para a elevação dos trabalhadores.

Esta é a condecoração de todos os que sonharam a educação como um direito inalienável do povo e tornaram a Voz do Operário uma instituição de referência no campo do ensino.

Esta é a condecoração daqueles para quem a solidariedade não é uma palavra oca, mas sim a prática diária de uma efetiva partilha entre todos, de igual para igual.

Esta é a condecoração de todos os que fazem do Movimento Associativo um polo determinante para o desenvolvimento do País.

Esta é a condecoração dos dirigentes e dos muitos milhares de sócios que ao longo de todos estes anos fizeram com que o sonho de uns tantos se concretizasse e perdurasse até aos nossos dias com uma pujança que permite perspetivar um grande futuro à Voz do Operário.

Esta é a condecoração de todos os trabalhadores da Voz do Operário que, pela sua dedicação e empenho, constituem um pilar determinante do seu prestígio e do grande serviço prestado aos sócios e à comunidade ao longo de tantas décadas.

Esta é a condecoração de todos aqueles que sempre tiveram para com A Voz do Operário um sentimento de especial carinho e de algum modo contribuíram para o seu engrandecimento.

Esta é a condecoração de todos os que fizeram da luta pela liberdade e contra a exploração um referencial da sua vida.

Esta é a condecoração de todos os que hoje pugnam por uma sociedade mais justa, luta essa que passa já nas próximas eleições europeias pela escolha de quem no Parlamento Europeu defenda os direitos dos trabalhadores, do povo e do País, combata o retrocesso e garanta para Portugal os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento soberano, numa Europa de progresso, paz e cooperação entre Estados soberanos e iguais em direitos.

Esta é a condecoração de todos os que hoje engrandecem o projeto d'A Voz do Operário e o prosseguem dignificando e honrando quem um dia o sonhou.

EDITORIAL

Maio, maduro Maio

Se é verdade que A Voz do Operário não é produto da revolução de Abril, não é menos verdade que nela se espraíram os seus ideais. Foram múltiplas as atividades que envolveram toda a comunidade deste projeto que agora recebeu a Ordem da Liberdade pelas mãos do Presidente da República. Tanto o 25 de Abril como o 1.º de Maio foram importantes demonstrações de força para recordar que a revolução não é algo do passado: é algo que queremos no futuro.

O atual governo, do PS, insiste em piscar o olho à direita. A reforma laboral que se propõe contraria as expectativas que muitos portugueses depositaram neste executivo. A verdade é que fica cada vez mais claro que o PS nunca teria tomado determinadas medidas de reposição de direitos se não estivesse condicionado pela luta dos trabalhadores e pelos partidos à sua esquerda. Que agora tente fazer suas propostas contra as quais sempre votou durante quatro décadas é um hino à hipocrisia. A aprovação do alargamento do passe social é apenas um desses exemplos.

Maio, maduro Maio, como cantou Zeca Afonso, é também este ano o mês que nos convoca para participar na eleição dos deputados ao Parlamento Europeu. Se a democracia é muito mais do que votar, algo que os sucessivos governos têm obviado, as nossas escolhas, eleitorais ou não, podem dar força à luta que os trabalhadores e as populações travam nos locais de trabalho e nas ruas por melhores condições de vida. A adesão à CEE e, posteriormente, ao euro não só diminuíram a soberania do nosso país como atrasaram o nosso desenvolvimento social e económico. Foi uma escolha que impôs uma ruptura com a revolução que se vinha dando desde 1974. Depois de uma grave crise do sistema económico e financeiro, cujas dívidas pagamos nós com o suor do nosso trabalho, ficou evidente que o papel da União Europeia foi esmagar os direitos dos trabalhadores e pôr-se do lado de potências como a Alemanha. Se surge o perigo de crescerem as forças populistas de extrema-direita, o voto de quem trabalha deve ser, sobretudo, para aqueles que nunca tiveram ilusões com a União Europeia. É a nós que cabe escolher o nosso próprio futuro.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES André Levy, Bruno Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelena, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



LEITURA



“Quem não lê, dizia Monteiro Lobato, mal ouve, mal fala, mal vê.”

Ler: um ato de liberdade

Tatiana Ferreira,
psicóloga do Espaço Educativo da Graça

No mês de abril comemoramos a liberdade mas também o dia do livro. A ligação entre os dois é inevitável. Antigamente — *dizia um aluno nosso a propósito do antes e do depois do 25 de Abril* — não podíamos ler o que queríamos. Pois tem razão. Ler é um acto de liberdade. Quem não lê, dizia Monteiro Lobato, mal ouve, mal fala, mal vê. Arriscamos a acrescentar que quem não lê, mal pensa. Quem não lê, vê dificultado o acesso a expandir horizontes, a criar um mundo interno onde pode imaginar-se, colocar-se no lugar do outro e construir-se enquanto pessoa, vê também dificultado o acesso à reflexão, ao questionamento e à crítica informados. Ler e escrever também é poder aceder ao conhecimento do outro, partilhar o nosso e, desta forma, construir novos conhecimentos e, com isto podemos dizer, que ao nos ser vedada a motivação para a leitura nos é dificultada também, progressivamente, a forma de participar na sociedade. Nesta mesma sociedade que continua a preocupar-se muito com o bom desempenho e com os bons resultados académicos, em que os rankings continuam

a ter a importância quando se trata de dizer que uma escola é boa ou má. Nesta mesma sociedade que facilita as oportunidades de uns em detrimento de outros na sombra da meritocracia. Esta sociedade precisa de bons leitores e de bons pensadores. Em nosso entender, ler e escrever são uma das mais importantes e significantes formas de estar incluído e ser participante ativo numa sociedade que se constrói a cada dia, por nós.

É verdade que lemos pouco, não sabemos se lemos menos, mas, com certeza, lemos diferente. Estamos numa fase em que o objeto livro se reconstrói. Nesta época digital de consumo imediato, o ato de ler torna-se nas palavras de muitas crianças e adolescentes (mas também adultos) “uma seca”. Como podemos fazer com que as crianças gostem de ler? Porque há quem não goste de ler? Será pelas dificuldades no processo de aquisição da leitura que, não sendo imediato se torna mais difícil?

Combater as dificuldades na leitura e na escrita e ajudarmos a formar bons leitores, são tarefas que cabem à escola mas também à família, lado a lado, e desde idades muito precoces. O contacto muito precoce com o objeto livro e com qualquer objeto que seja suporte de escrita, a atribuição de funcionalidade à mesma, assim como ter

o modelo de outras pessoas a fazerem uso da leitura, são fatores importantes para gerar bons leitores. A maior parte das vezes as crianças fazem o que vêm fazer e se a maior parte de nós não se *senta sozinho com um livro* sem interferência de aparelhos eletrónicos e afazeres, as crianças não o farão também. Até à entrada no primeiro ciclo, mas depois também, as crianças gostam que lhes sejam lidas histórias, é um momento afetivo e de proximidade, contudo, a maior parte dos pais, quando as crianças começam a aprender a ler, deixam de o fazer, é quase como se aprender a ler lhes conferisse a perda de um privilégio, do privilégio de ter alguém a cuidar de si e a estar consigo. Sendo uma escola que assenta os seus princípios pedagógicos na comunicação e na partilha, acreditamos que para além de ler, explorar a escrita, o livro, em conjunto, pensar sobre ela, debatê-la, criar hipóteses será muito benéfico para a promoção da leitura. É comum nas agendas de trabalho dos nossos grupos termos momentos de “hora do conto” ou de “livros e a leitura”. A este momento que acontece nas salas desde a creche até ao 6º ano regularmente é acrescentado a Hora do Conto dinamizada pela professora Teresa, fora do espaço da sala, para os grupos de pré-escolar e de creche. Nesta senda da promoção da leitura e da escrita desde idade precoce, fez-se nascer recentemente a biblioteca da creche. Cada sala, desde o pré-escolar ao segundo ciclo, tem a sua área de biblioteca e, entre salas, trocam-se e partilham-se livros tanto para trabalho como para lazer. É importante saber respeitar o tempo e o espaço de cada um para que possa construir o seu próprio projeto pessoal de leitor, como que a sua identidade de leitor. É importante saber que livros escolher e saber aceitar que as crianças, tal como nós, apenas lêem aquilo para que estão preparadas e que fazer da leitura uma obrigação em vez de um prazer, será uma forma de afastar e não de aproximar. Mas não basta e queremos mais. Queremos criar uma biblioteca dedicada à infância e à juventude em que cada criança possa ver respeitado o seu interesse e necessidade na leitura, em que possa escolher que livros quer explorar e partilhar. Damos, assim, um novo passo na construção de cidadãos ativos, ao iniciar a construção da nossa biblioteca escolar já no dia 28 de Maio, numa conversa com as especialistas da área da literatura infantil e juvenil, Andreia Brites, Dora Batalim e Margarida Botelho, na sala João Hogan pelas 18h00. Estará presente também a Livraria Prodidático em que parte da receita reverterá para a aquisição de livros para a nossa biblioteca escolar. Esperamos por vocês neste momento que se quer de reflexão e livre, como a leitura.

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Piquenício do MURPI
Cuba, domingo, 9 de junho

Inscreve-te!
A Voz do Operário garante autocarro a todos os associados e amigos que quiserem participar. Inscrições na recepção da VO ou através do contacto 218 862 155.

Antiga Agência Funerária Domingos & Diniz
Gerência de João Natividade

Descontos de 15%
para sócios de A Voz do Operário

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa
Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa
T. 218 861 649 E. 218 875 213 TM. 919 311 363

A VOZ DO OPERÁRIO

Escolas de Abril celebram 45 anos de Revolução



A Voz do Operário no desfile do 25 de Abril, na Av. da Liberdade



Trabalho coletivo dos alunos do Lavradio

Como se transmite o valor histórico de uma revolução democrática como o 25 de Abril? Esse exercício, essencial à criação de um sentimento de pertença e de defesa dos valores de Abril, é preocupação permanente do projecto educativo dos espaços educativos d'A Voz do Operário e tem o natural auge nos dias 24 e 25.

Na escola da Graça, desenvolveu-se uma grande variedade de atividades em torno da data: os alunos dos 1.º ciclo tiveram sessões de leitura de histórias alusivas, que foram posteriormente recontadas e ilustradas por eles, em grande formato, para serem apresentadas à comunidade. Foram ainda construídos cartazes com palavras de ordem e cravos em papel, levados em desfile até ao Largo da Graça, onde foram exibidos e distribuídos por quem passava. A música também ocupou um espaço privilegiado nas atividades comemorativas: foram trabalhadas letras e ensaiadas canções, que as crianças cantaram na rua. Os alunos tiveram ainda oportunidade de preparar faixas reivindicativas, para levarem no desfile da Avenida da Liberdade, no dia 25 de Abril. Prevista está também uma sessão com o histórico resistente antifascista e dirigente da URAP, José Pedro Soares, no dia 11 de maio.

O segundo ciclo abordou transversalmente a data e desenvolveu uma multiplicidade de trabalhos em torno da mesma.

A sul do Tejo há sementes de Abril

A Revolução dos Cravos comemorou-se, no Espaço Educativo do **Laranjeiro**, dia 24 de Abril. As famílias foram convidadas a assistir a um documentário original, protagonizado pelas crianças da escola, sobre a revolução. As crianças do pré-escolar cantaram três músicas que refletiam os valores de Abril. Durante toda essa semana foram recebidos cartazes elaborados pelas crianças e as suas famílias, que deram origem à exposição "Liberdade para...", que continua patente na entrada do espaço educativo.

Na Baixa da Banheira, a revolução foi sendo assinalada, também ao longo de toda a semana, com mensagens das famílias sobre a liberdade. O resultado desta partilha foi depois exposto no exterior da escola. No dia 25 de Abril, algumas crianças participaram nas comemorações populares no Parque José Afonso, integrando a componente cultural desta iniciativa promovida pela Junta de Freguesia. As crianças cantaram canções de li-

berdade e direitos, e distribuíram os cravos elaborados em conjunto com as suas famílias pela comunidade.

Já no espaço educativo do Lavradio, no dia 24 de abril foi apresentada uma interpretação, em fantoches, construídos pelas crianças de pré escolar, da história "Os Barrigas e os Magriços", de Álvaro Cunhal. Foi também elaborada uma exposição na entrada da escola, com os trabalhos realizados pelas famílias. O dia foi ainda assinalado por música ambiente alusiva à revolução.

Palavras: só as leva o vento se deixarmos

Nas escolas da Ajuda/Restelo, a palavra foi a forma primordial de celebração. Na escola da Ajuda decidiu-se, com base numa "chuva de palavras" relacionadas com Abril, e enumeradas pelas crianças, fazer poemas que celebrassem a liberdade, a amizade, a democracia, o trabalho e tantas outras conquistas da revolução. Partilharam-se histórias de família, do tempo em que a liberdade não era ainda uma realidade, e dos momentos em que muitos pais, mães e avós a viram nascer. Todas as crianças fizeram cravos. Desses cravos "nasceu" um vídeo realizado pelos pais de alguns alunos que foi posteriormente apresentado a toda a escola. A escola produziu ainda um trabalho alusivo à revolução, que pode ser visto na exposição elaborada pela junta de freguesia da Ajuda e patente na sua sede. Já na Escola do Restelo "trocaram-se" histórias especiais. Em



As crianças do Restelo fizeram cravos e plantaram-nos no jardim da escola

todas as salas se contaram diferentes contos, onde a liberdade e a democracia marcaram presença cativa. Com base nestas histórias, as crianças decidiram criar os seus próprios cravos e “plantá-los” nos jardins da escola. A participação das famílias foi um marco especial, com algumas famílias também a partilharem histórias sobre liberdade, amizade e fraternidade.

A Voz do Operário apelou ainda à participação das crianças e suas famílias no desfile na Avenida da Liberdade, em Lisboa, e marcou a sua presença com faixas em defesa do direito à educação.

O 2.º ciclo da Graça no 45.º aniversário da Revolução do 25 de abril, por alunos e professores do 2.º ciclo

A respeito do 45.º aniversário da Revolução do 25 de abril de 1974, um dos projetos que os Alunos do 2.º Ciclo da Voz têm em mãos dura já há uns meses e abraça verdadeiramente o objetivo da transversalidade do currículo, que é o principal objetivo do modelo com que trabalhamos na nossa Escola. A partir do livro “Os Barrigas e os Magriços”, escrito por Álvaro Cunhal e ilustrado por Susana Matos, desenvolvemos um trabalho de interação direta entre disciplinas e áreas não disciplinares que fomenta a responsabilidade individual e de grupo, explora os conteúdos do currículo referente ao 2.º Ciclo e desenvolve competências sociais em cada um. Numa primeira etapa, convidámos a ilustradora deste livro para uma conversa em que falámos de todo o processo criativo, do autor, entre outros aspetos. Explicámos à Susana o que tínhamos em mente também. Entretanto dividimo-nos em dois grandes grupos: ilustradores e escritores. Durante o 2.º Período estivemos a recontar a história e a recriar os personagens e cenários. A Susana voltou a visitar-nos e gostou imenso dos produtos apresentados! Nós também convidámos o António Jorge Gonçalves, ilustrador, pai

de uma Aluna do 2.º Ciclo, que nos mostrou diversas técnicas que usa para ilustrar livros e fazer dinâmicas animadas em espetáculos, por exemplo. É em Expressão Dramática que estamos a preparar uma apresentação para toda a Escola e comunidade em geral; em Expressão Musical, para além de termos já composto um Rap original que integrará a peça, estamos a aprender a tocar com a flauta músicas de intervenção. Em Português exploramos tipos de texto para nos ajudar no reconto e em História e Geografia de Portugal fizemos já a contextualização da época. É com a ajuda do que aprendemos em Educação Visual que trabalhamos nas ilustrações. Às quintas-feiras, durante toda a tarde em Tempo de Projeto e em grande grupo, galopamos em direção ao produto final deste projeto que será uma apresentação e um novo livro, recontado por nós. Ainda sobre este trabalho, fizemos uma Visita de Estudo à Vila do Couço no passado dia 23 de abril. Fomos recebidos pela Presidente da Junta de Freguesia e por dois ex presos políticos, o Joaquim e o Manuel. Esta terra é a terra da resistência, porque a maioria da sua população foi muito ativa na luta contra o Salazarismo. Tanto o Joaquim Labaredas como o Manuel Brás sofreram muito com o regime da ditadura. Aquando da preparação desta Visita de Estudo, elaborámos uma entrevista que reuniu várias perguntas que, já no Couço, colocámos aos presentes. Os testemunhos foram expressivos e cativaram a assistência! No dia seguinte, na aula de Português, os Alunos foram convidados a escrever sobre o que ouviram. E fizeram-no com entusiasmo. Para além da conversa interessante que tivemos com estes senhores na Casa do Povo do Couço, eles levaram-nos também a visitar o monumento à Resistência que representa o povo do Couço e a sua vontade de lutar pela liberdade. Esta vila recebeu no ano 2000 a Ordem da Liberdade por todas estas razões. Achámos curioso e interessante e ficámos vaidosos por poder dizer-lhes que a Voz do Operário foi igualmente condecorada com esta distinção este ano.

IMPRENSA

Vários meios debatem comunicação social

No âmbito das comemorações do 140.º aniversário d’A Voz do Operário, o jornal promoveu no dia 17 de abril um debate na Casa da Imprensa com diferentes publicações, sobre o atual contexto mediático adverso. Sob o lema “Independência ao serviço de quem?”, o inédito espaço de reflexão juntou, para além d’A Voz do Operário, o Abril Abril, o Avante!, o Esquerda.net, o Mapa e O Corvo.

Num universo editorial cada vez mais concentrado, menos diverso e plural, condicionado por interesses económicos e financeiros, a defesa de uma imprensa democrática é um combate cada vez mais urgente. Foi esta a tônica geral, numa iniciativa que contou com a presença de investigadores, sindicalistas e jornalistas.

Na abertura, o diretor d’A Voz do Operário, Domingos Lobo, fez uma breve análise da falta de pluralismo nos órgãos de comunicação social. O jornalista da publicação operária, Bruno Amaral de Carvalho, fez um breve resumo da história do jornal e ligou a massificação e democratização da imprensa com os processos revolucionários. Referiu ainda a manipulação e a “narrativa jornalística cada vez mais distante da realidade das pessoas”. Os perigos dos avanços da extrema-direita e a necessidade de dar voz aos marginalizados pela comunicação social dominante foram também destacados.

Para além de saudar todos os trabalhadores que tornam possível a publicação constante d’A Voz do Operário, a dirigente da instituição, Ana Sofia Correia, destacou que a publicação se mantém fiel aos seus princípios fundadores.

Pelo Abril Abril, Rui Lopes explicou o projeto do diário digital que veio ocupar um espaço que faltava à esquerda na internet.

Manuel Rodrigues, diretor do Avante!, percorreu a história do órgão central do PCP como exemplo de jornal ao serviço dos trabalhadores e do povo e que ostenta o título de publicação ilegal que mais tempo resistiu na clandestinidade ao fascismo.

Já Carlos Santos, do Esquerda.net, examinou a realidade dentro dos órgãos de comunicação social e destacou a precariedade que se vive entre os jornalistas.

De Setúbal, Guilherme Luz, falou pelo Mapa, e descreveu o trabalho desenvolvido por este órgão impresso trimestralmente. Referiu que uma das questões determinantes é a propriedade dos meios de comunicação.

Samuel Alemão, do diário local digital O Corvo, falou das dificuldades, sobretudo financeiras, para manter um projeto com tais características.

No fim, os vários participantes concordaram em que a reflexão não deveria circunscrever-se àquele momento, e que a defesa de um jornalismo democrático e antifascista é ferramenta essencial para os tempos que correm. A Voz do Operário lembrou que tem programada uma conferência para o último trimestre do ano onde pretende reunir jornalistas, investigadores, movimentos sociais e estudantes numa iniciativa que aprofunde e alargue este debate.

ELEIÇÕES AO PARLAMENTO EUROPEU



Em Portugal, as eleições ao parlamento Europeu realizam-se dia 26 de maio

Lá se fazem, cá se pagam

A união começou por ser económica, hoje é muito mais do que isso. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço foi a semente da União Europeia (UE) e reuniu os países do Benelux - Bélgica, Holanda e Luxemburgo - com a Alemanha Ocidental, França e Itália. Só 34 anos depois, em 1985, é que Mário Soares, então primeiro-ministro, assinou a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE).

Bruno Amaral de Carvalho

Se na Europa Ocidental a criação de uma rede interestatal de países com economias de mercado interessava para fazer frente ao bloco de países que a leste cimentava economias planificadas com predominância do interesse público, o ingresso de Portugal significou também um caminho diametralmente oposto ao que vinha a ser traçado pelo processo revolucionário espoliado dez anos antes, com a revolução do 25 de Abril.

Como nos relatos machistas, em que o noivo apresenta um farto dote para conquistar a mulher desejada antes que seja arrebatada por outro, houve quem apresentasse a adesão à CEE como sen-

do a garantia de um promissor futuro e uma alternativa segura à 'ameaça' soviética. Mas apesar de ser uma relação profundamente desigual, Portugal aceitou o repto de fazer depender o seu destino das mais importantes potências da Europa Ocidental. Três décadas depois desse casamento, Portugal é um país economicamente dependente do exterior e está politicamente condicionado por supraestruturas como a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Parlamento Europeu. Em 1999, o país renovava os votos com a UE com a substituição do escudo pela moeda única fazendo disparar os preços dos produtos sem que os salários tivessem aumentado. Sem qualquer consulta aos portugueses, como exigia o PCP, a entrada na CEE e a adesão ao

euro foram assinadas pelos primeiro-ministros do PS, Mário Soares e António Guterres.

Em 1975, deram-se alguns dos avanços mais importantes com o governo liderado pelo General Vasco Gonçalves e a pressão popular. Para além da nacionalização da banca e da reforma agrária, que permitiu que Portugal modernizasse a sua agricultura e se tornasse auto-suficiente na produção de muitos bens, importantes direitos laborais foram conquistados neste período. Com as privatizações e o fim da reforma agrária, o tecido produtivo português foi gravemente enfraquecido. Os setores da indústria, pescas e agricultura representavam 38,4% do PIB em 1985. Em 2014, já representavam uns meros 15,9%. A frota pesqueira nacional foi reduzida em

50% e o emprego neste setor sofreu uma redução drástica. No país com a maior Zona Económica Exclusiva da Europa, importamos hoje cerca de 70% do peixe que consumimos. Na agricultura, assistiu-se à tendência paulatina do afunilamento e concentração da produção agrícola. Em mais de três décadas, perderam-se 300 mil explorações agrícolas e cerca de 500 mil hectares de Superfície Agrícola Útil.

O aumento da debilidade do sector produtivo reflete-se no agravamento do défice da balança de transações correntes (BTC). Em 2018, o saldo da BTC portuguesa apresentava um défice de cerca de 1230 milhões de euros. Mas, em 1986, primeiro ano da adesão, Portugal tinha um saldo positivo da BTC de cerca de 500 milhões de euros,

o que demonstra o acréscimo de dependência após 20 anos de adesão, com o país a importar mais do que exporta e a produzir menos do que necessita para o seu consumo.

Com os anos, o país perdeu peso na UE, o endividamento disparou, a terciarização e financierização da economia aprofundaram-se. Portugal, privado dos instrumentos de política monetária, sem poder dispor de alavancas económicas estratégicas, amarrado aos critérios do Pacto de Estabilidade, tem uma economia cada vez mais dependente do estrangeiro.

De acordo com o estudo do Centro de Política Europeia “20 anos do euro: vencedores e perdedores”, os cidadãos alemães beneficiaram com o euro, ao contrário de países como Itália, França e Portugal. Enquanto o PIB por pessoa aumentou 23.116 euros entre 1999 e 2017 na Alemanha, em Portugal diminuiu 40.604 euros.

“Portugal beneficiou apenas marginalmente do euro nos primeiros anos após a sua introdução. Nos anos seguintes, o euro levou cada vez mais a perdas de prosperidade”, diz o estudo, que aponta para uma maior perda global na Zona Euro. “Agregado, deu origem a uma queda na prosperidade de 424 mil milhões de euros no total ou 40.604 per capita”.

Foi justamente a financeirização da economia com o predomínio da banca privada que empurrou o país para o abismo da grave crise que levou PS, PSD e CDS a pedirem “ajuda externa” ao Fundo Monetário Internacional, ao Banco Central Europeu e à Comissão Europeia. O reverso do resgate financeiro foi o aprofundamento das orientações neoliberais da UE. A desvalorização do valor dos salários, a perda do poder de compra, a utilização de mão de obra barata, a privatização de serviços públicos essenciais às populações como os CTT e a TAP, a liberalização do mercado de habitação e a desregulamentação dos direitos laborais foram a bíblia sagrada do governo durante quatro anos.

Parlamento Europeu 2019

Os eleitores dos diferentes países da União Europeia (UE) estão chamados a eleger os deputados ao Parlamento Europeu (PE), entre 23 e 26 de maio, num plebiscito marcado pelo Brexit e pelo crescente descrédito nas instituições europeias. Presididos pelo conservador italiano Antonio Tajani, participam, atualmente, nos trabalhos parlamentares, entre Estrasburgo e Bruxelas, 21 deputados portugueses (2,8%) de um universo de 751. A próxima legislatura terá a duração de cinco anos e será a primeira sem a participação do Reino Unido, depois de um processo eleitoral em que se prevê que



A entrada de Portugal na CEE acelerou o processo de desindustrialização no país

o futuro da UE seja um dos temas centrais. Desde 1999 que a afluência às urnas tem decaído para valores abaixo dos 50%. Em 2014, a participação global dos eleitores foi de 42,54%, ainda assim acima de Portugal que não foi além dos 33,84%.

Em junho do ano passado, face à saída do Reino Unido da UE, que possuía 73 lugares no PE, o órgão decidiu cortar 46 deputados e distribuir os restantes por França (5), Espanha (5), Itália (3) e Polónia (1), sob o argumento de que estavam subrepresentados em relação à Alemanha. Países de média dimensão como a Holanda, Irlanda, Suécia, Dinamarca, Finlândia, Áustria, Croácia, Eslováquia, Estónia e Roménia também viram aumentar o número de deputados elegíveis. Portugal, que também se integra neste grupo, não recebeu qualquer deputado apesar de ter perdido quatro nos vários alargamentos da UE. Os únicos deputados que exigiram mais representantes portugueses e votaram contra a proposta aprovada foram os três comunistas eleitos pela CDU, João Ferreira, Miguel Viegas e João Pimenta Lopes.

Deputados mais produtivos

O MEP Ranking é uma ferramenta que avalia a atividade de cada deputado do Parlamento Europeu. A ferramenta foi criada em fevereiro e avalia os deputa-

dos de acordo com vários parâmetros de atividade e intervenção, noticiou o *Diário de Notícias*. No fundo, compila a informação e ordena-a em várias classificações, estabelecendo o ranking. Assim, torna-se possível avaliar um deputado nas questões escritas e orais, moções, relatórios, emendas a relatórios, pareceres, discursos e declarações, com cada uma destas avaliações a ter um peso diferente.

O grupo de deputados portugueses mais bem avaliado na aplicação é a CDU com os seus três eleitos nos primeiros dez lugares. Individualmente, os deputados portugueses mais bem classificados são o social-democrata José Manuel Fernandes (133 pontos); o comunista Miguel Viegas (98,7); António Marinho e Pinto (98,5), do PDR; João Ferreira (95,8), que se recandidata como cabeça-de-lista da CDU; Ricardo Serrão Santos (77,4 pontos), eleito pelo PS; Paulo Rangel (73,8), que será de novo o cabeça-de-lista do PSD; Marisa Matias (63,1) pelo BE; a socialista Maria João Rodrigues (62,3); o comunista João Pimenta Lopes (53,7); e Ana Gomes (47,6), do PS.

A organização que promove este ranking explica que o algoritmo leva em consideração “quatro categorias de atividades: relatórios, declarações, funções e participação” nas reuniões e nas votações. No entanto, cada uma destas categorias tem um peso distinto.

O perigo da extrema-direita

O ascenso do fascismo nos países da União Europeia e no mundo é uma evidência que vem atrelada à instrumentalização e manipulação de temas como a imigração, refugiados e corrupção. A extrema-direita travestida de força anti-sistémica pelos principais meios de comunicação social procura ganhar força nestas eleições. Dirigentes de partidos fascistas UE anunciaram a intenção de se aliarem após as eleições de maio para o Parlamento Europeu, num encontro em Milão, Itália, promovido pelo líder nacionalista italiano e vice-primeiro-ministro Matteo Salvini.

Segundo a imprensa italiana, além de aliados tradicionais como a francesa União Nacional (RN), de Marine Le Pen, e o Partido da Liberdade da Áustria (FPÖ), juntaram-se recentemente a Salvini a Alternativa para a Alemanha (AfD), os Verdadeiros Finlandeses e o Partido do Povo Dinamarquês.

O político italiano tem dado também, por outro lado, mostras de grande proximidade com o primeiro-ministro húngaro, Viktor Orbán, que em janeiro disse ver em Salvini “um herói”.

Mas o Fidesz, o partido de Orbán, mantém-se na principal família política europeia, o Partido Popular Europeu (PPE, centro-direita), apesar de ter sido suspenso em março por uma campanha contra Bruxelas.

ARMÉNIO CARLOS

“A resolução dos problemas dos trabalhadores é indissociável da transformação da sociedade”

Abril e Maio são momentos altos na luta dos trabalhadores portugueses: pela memória revolucionária, que não se esgota na lembrança e se constitui como arauto de um futuro melhor. A menos de um ano do 14.º congresso da CGTP-IN, falámos com Arménio Carlos, secretário-geral da central sindical de classe portuguesa, sobre o balanço da atual solução governativa, quais os principais desafios para a luta dos trabalhadores, e que papel podem os sindicatos desempenhar num mundo de constantes desenvolvimentos tecnológicos, ainda que ainda só ao serviço do capital.



Arménio Carlos, secretário-geral da CGTP-IN

Bruno Amaral de Carvalho

A luta dos trabalhadores foi determinante para chegarmos a esta solução de governo?

A luta dos trabalhadores foi importante não só durante a maioria absoluta do governo PSD/CDS-PP, como contribuiu para se encontrar uma nova correlação de forças na Assembleia da República (AR) que foi determinante para a solução de governo minoritário que o PS, entretanto, veio formar.

Agora que estamos a chegar ao fim do man-

dato, o que significaram estes quatro anos de governo PS?

Mais do que aquilo que o governo PS fez, parece-me que o importante é relevar aquilo que no âmbito da correlação da AR conseguiu ser feito: travar a política de direita e a ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e o empobrecimento destes, das famílias e do país. Também foi o início de um processo muito limitado mas de reposição de rendimentos e direitos. Mas o governo continuar a considerar o trabalho como o parente pobre da sua governação. Na área da legislação do trabalho há claramente uma fragilidade enormíssima. A proposta de lei laboral que o PS apresenta, no essencial, não só mantém

como agrava o que de pior a legislação da direita tinha. No plano da precariedade, no ataque à contratação coletiva, na desregulamentação dos horários e na redução do rendimento dos trabalhadores.

Acha que valeu a pena, ainda assim?

Vale sempre a pena lutar porque, como a vida já demonstrou, só lutando é que se consegue evoluir. Tivessem os trabalhadores vontade e, provavelmente, não estávamos na situação em que estamos. Agora, o que não é admissível é que tendo nós uma correlação de forças na AR que pode fazer uma ruptura com as políticas do passado, tenhamos um governo PS que não só

não rentabiliza esse potencial, como persiste em manter alianças com partidos de direita para persistir nesta política que fragiliza as relações de trabalho e penaliza os trabalhadores.

Teria sido possível este caminho com uma maioria absoluta do PS?

Em 2015, antes das eleições, assumimos publicamente e definimos como orientação estratégica da CGTP o apelo a que os trabalhadores não dessem maioria absoluta a nenhum partido. Todas as maiorias absolutas que conhecemos até hoje na AR foram profundamente negativas para os trabalhadores. Foram sempre um instrumento onde o voto dos trabalhadores acabou por se tornar numa arma contra os seus próprios interesses e direitos. E nós dizemos que a estabilidade política não tem a ver com as maiorias absolutas. Tem a ver, acima de tudo, com as políticas laborais e sociais que são implementadas e que trazem estabilidade aos trabalhadores e ao povo. Nestes últimos quatro anos, o governo minoritário foi obrigado a fazer alianças com os partidos à sua esquerda para procurar encontrar soluções que respondessem a algumas das reivindicações da população. Importa dar mais força àqueles que estiveram sempre com os direitos e os interesses dos trabalhadores porque os nossos direitos evoluem ou regredem de acordo com a correlação de forças que se verifique em cada momento na sociedade portuguesa e, particularmente, na AR. Estamos a comemorar o 45.º aniversário do 25 de Abril e do 1.º de Maio de 1974 e esse é um bom exemplo. A correlação de forças era favorável aos trabalhadores. Quando a correlação de forças foi desfavorável aos trabalhadores os direitos regrediram como durante as várias intervenções da troika e as maiorias absolutas de direita.

A União Europeia também fez parte dessa intervenção. Acha que foi um erro a entrada de Portugal na moeda euro?

Sempre tivemos uma posição muito crítica em relação ao euro. Desde logo, porque foi criado para favorecer os interesses dos países mais poderosos e, em particular, da Alemanha. E também porque perdemos a soberania monetária. Da ofensiva contra os direitos dos trabalhadores passou-se à desvalorização social e aqui foram sempre os trabalhadores que foram os prejudicados. O que nós constatámos ao longo destes anos todos é que a moeda única não só esteve associada ao facto de Portugal ter sido profundamente penalizado no que diz respeito ao seu crescimento, como acabou por servir como um instrumento de questionamento da própria soberania nacional e da capacidade do nosso país de dispor uma moeda própria para definir as suas estratégias em termos de desenvolvimento e em termos de capacidade de intervenção a nível nacional, europeu e internacional.

Estamos agora a comemorar mais um 25 de Abril. Quatro décadas e meia depois, Abril ainda é futuro?

Creio que o melhor legado que a revolução de Abril nos deixou foi precisamente a Constituição. E não é por acaso que a direita sistematicamente a tenta confrontar com sucessivos apelos e propostas para a sua revisão. E apesar das várias amputações de que foi alvo, continua a ser uma luz que nos domina, que nos dá esperança, que nos transmite confiança. No plano da nossa intervenção enquanto projeto sindical, a CGTP e os seus dirigentes, têm aqui uma dupla responsabilidade:

em primeiro lugar, não é só salvaguardar os direitos mas é também garantir que esses direitos possam ser melhorados. Esta é a tal visão de Abril, a visão de futuro, de progresso, de que os trabalhadores sendo os elementos centrais da produção nacional, da criação de riqueza do país, também terão que ser o denominador comum das políticas a serem desenvolvidas. Eu sou do tempo em que não havia liberdade nem democracia, em que não se podia reivindicar e nem se podia contestar sob pena de sermos sujeitos à prisão. Mas tudo isso foi conquistado, a liberdade, que hoje é a coisa mais natural que se respira. É preciso que as novas gerações tenham presente que tudo o que temos não fica para toda a vida, que a qualquer momento pode ser retirado, ou melhorado. Aqui é que importa darmos o salto qualitativo para que todas as gerações, independentemente do espaço onde intervenham, possam ser participativas, possam ter iniciativa, possam ser reivindicativas, cumprindo com os seus deve-

[Queria também deixar um registo sobre o quinquagésimo aniversário da CGTP. A inter-sindical foi fundada em 1970, é um projecto sindical único, não só em Portugal mas também em grande parte da Europa e do mundo, construído a partir dos locais de trabalho por decisão dos trabalhadores. É um projecto sindical que acredita e luta não só para resolver os problemas dos trabalhadores, mas que a resolução dos trabalhadores é indissociável da transformação da sociedade. É para isso que existimos, é nisso que acreditamos, é por aí que vamos. Como dizia Vinicius de Moraes “do céu só cai a chuva, o resto é luta”.]

res, exigindo também que respeitem e melhorem os seus direitos. O princípio da participação cívica é o grande desafio que se nos coloca, independentemente da geração a que pertencemos, é uma obrigação, é um direito, é uma necessidade e simultaneamente a partir dos locais de trabalho. Mas também nas ruas, nas diversas associações, expressarmos as nossas opiniões, e contribuirmos para contrariar uma linha de ofensiva ideológica muito forte, em que se procura passar a tese de inevitabilidade, de que aquilo que hoje temos não será possível de manter amanhã. Nós dizemos o contrário. No mundo em que cada vez se cria mais riqueza, em que cada vez há mais dinheiro, é preciso que essa riqueza seja melhor distribuída, e portanto, as novas gerações não podem, não devem, e nós faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que não fiquem nem reféns da ofensiva ideológica, nem que sejam depois, os condenados destas políticas anti-laborais e anti-sociais.

A CGTP está atenta ao crescimento da extrema-direita em vários pontos do mundo? De que forma consideram que isso se repercute a nível das democracias e dos direitos sociais e laborais?

Está e é com preocupação que o vemos, mas mais do que com preocupação. O que nós entendemos é que este não é um tempo de constatar; é um tempo de agir, de demonstrar que há alternativas e soluções. E para que isso aconteça a intervenção dos trabalhadores nos sindicatos é muito importante, mas é preciso também dar mais força aos partidos de esquerda coerentes. Porque se analisarmos, uma boa parte dos países onde a extrema-direita está a subir consideravelmente é precisamente uma boa parte dos países onde a esquerda se diluiu ou perdeu capacidade de intervenção. E não podemos deixar de relevar o facto de a denominada social-democracia ter sido absorvida pelas linhas neoliberais. Este é o tempo de agir, de discutir politicamente. O tempo da escravidão terá que ser abolido definitivamente da nossa sociedade. O tempo é outro, é o tempo de valorizar, de respeitar, de dignificar. De dar estabilidade à vida das pessoas, que passa pela segurança no emprego, por melhores rendimentos, pelo direito de sermos livres, mas termos também autonomia económica e financeira. A liberdade é algo muito importante, mas a minha liberdade fica imediatamente condicionada, a partir do momento em tenho um contrato com vínculo precário, sem estabilidade de emprego, em que tenho um salário baixo, e em que tudo isso acaba por resultar numa dificuldade acrescida, para eu poder organizar e planificar a minha vida.

Quais os principais desafios do sindicalismo hoje? Quais é que são os grandes obstáculos que enfrenta hoje como se propõe a superar isso?

Eu creio que os grandes obstáculos são aqueles que têm a ver com o confronto entre o trabalhador e o capital. Mas os grandes desafios que nós temos neste momento, não sendo diferentes de outros do passado, levam-nos a ter que ser ainda mais incisivos, mais interventivos e a ter mais iniciativa. Primeiro, desde logo a efectivação da legislação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, a revisão da legislação de trabalho. E depois, pensamos que é fundamental ter a capacidade de iniciativa para discutir o papel dos trabalhadores, e já agora as mais-valias que os trabalhadores podem retirar do desenvolvimento da evolução tecnológica. Alguns falam na modernização tecnológica a utilizar como um instrumento contra os trabalhadores, para desregular horários, para pôr em causa a relação de trabalho, para pôr em causa a contratação colectiva, para reduzir rendimentos. E há outros, como nós, que entendem que a evolução da tecnologia deve estar em primeiro lugar ao serviço do bem-estar dos trabalhadores, dos povos e do desenvolvimento dos próprios países. Ora aqui está uma boa oportunidade para reduzir o horário de trabalho sem reduzir o salário do trabalhador. Porque reduzindo o horário de trabalho nós estamos a conseguir dois grandes objectivos: o primeiro é distribuir melhor o emprego por aqueles que dele necessitam, em segundo é deixar mais tempo aos trabalhadores para estar com as suas famílias e usufruir desta oportunidade, num contexto onde a pressão sobre o trabalho é muito grande e onde também se verifica uma acentuação, não só das dificuldades de saúde dos trabalhadores, como também o aumento da intensificação dos ritmos de trabalho, e o aparecimento de doenças profissionais.

URBANISMO



Parque urbano tem localização privilegiada, com vista para Lisboa e Seixal

Seixal abre Parque Urbano

No âmbito da comemoração dos 45 anos da revolução de Abril, abriu no dia 25 de abril o novo Parque Urbano do Seixal. Com uma área de 5,3 hectares, está localizada no Alto Dona Ana, na Mundet, uma zona de cabeço naturalizada com uma cota de 28 metros acima do nível do mar, o que permite ter uma vista privilegiada para a Baía do Seixal e para Lisboa.

A requalificação passou pela criação de uma praça de entrada no antigo terreiro, na Mundet, e de um anfiteatro natural. Foram recuperadas as áreas de pomar e olival, bem como a área de bosque de sobreiros e carvalhos, colocadas mesas, miradouros, zonas de estadia e caminhos ao longo de todo o parque.

Em 1905, a empresa L. Mundet & Sons instalou a sua fábrica-sede na Quinta dos Franceses, na vila do Seixal. Proveniente da Catalunha, já estava então radicada nos Estados Unidos e evoluiu para uma poderosa organização corticeira a nível mundial.

Após 85 anos a produzir cortiça, a fábrica Mundet encerrou definitivamente em 1988. Adquirida pela Câmara Municipal do Seixal em 1996, a fábrica foi musealizada, sendo hoje um dos núcleos do Ecomuseu do Seixal. Em 2016, o antigo refeitório transformou-se num restau-

rante. Nas antigas instalações da fábrica estão também a Escola de Música do Conservatório Nacional – Pólo do Seixal e o Centro de Documentação e Informação do Ecomuseu Municipal do Seixal.

Festival do Maio

Nos dias 10 e 11 deste mês, é justamente o Parque Urbano do Seixal que recebe a primeira edição do Festival do Maio que apresenta concertos de Fausto, Emir Kusturica, Sara Tavares, Capicua, António Zambujo e Vitorino, entre outros, sob a direção artística de Luís Varatojo.

De acordo com a organização, vão ser duas noites de concertos com o objetivo de fomentar propostas artísticas que tenham como elemento central a intervenção social. “Da política à crítica social, do ativismo ambiental às lutas contra a discriminação de raça e género, passando pelas questões relacionadas com a defesa das identidades culturais e dos direitos à autodeterminação”, anuncia a autarquia.

A programação assenta na preservação da memória, trazendo a palco o legado histórico da música de intervenção e protesto e as lutas atuais, dando voz a novos artistas e novos géneros musicais.



... as quatro funções

Para que o tampo de uma mesa seja horizontal e seguro será necessário que as quatro pernas que o sustentem sejam de igual altura e robustez.

A Carta de Atenas, fundamento do urbanismo moderno, diz que para um aglomerado populacional se afirmar como estabelecimento humano, seja ele uma aldeia, uma vila, uma cidade ou uma metrópole, é necessário que albergue, a escalas diversas, quatro fun-

ções que serão os seus instrumentos de vitalidade e desenvolvimento: o trabalho (criação de riqueza individual e coletiva), o equipamento (satisfação de exigências individuais e coletivas de saúde, de cultura e de segurança), a circulação (de pessoas, bens e serviços) e a habitação.

É fácil estabelecer conexões entre estas quatro funções (as pernas de uma mesa estável): mais trabalho traz maior rendimento e melhor habitação; melhor habitação traz melhor saúde e rendimento escolar; melhor rendimento escolar poderá induzir melhor qualificação profissional e daí pode resultar maior rendimento; melhores condições de circulação e comunicação garantem mais vida de relação, mais comodidade, mais segurança, mais tempo livre, mais cultura.

Se associarmos a ideia de Cidade à de uma mesa estável poderemos concluir, guiados pelo otimismo, que nas duas grandes áreas metropolitanas do país o fator trabalho cresce mas carece de qualificação, que o equipamento procura ajustar-se a novas exigências da sociedade com os condicionamentos que se relacionam com os recursos disponíveis e que a circulação ganha

MONUMENTOS

João Ferreira denuncia ingerência da UE

A Comissão Europeia (CE) solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal de Lisboa sobre a entrada gratuita dos residentes no território nacional, aos domingos, no Castelo de São Jorge. De acordo com a página de notícias *Abril Abril*, a interferência na gestão municipal dos monumentos motivou uma pergunta do deputado do PCP ao Parlamento Europeu, João Ferreira, a Jyrki Katainen, vice-presidente da CE, onde se refere o caráter “inusitado” da diligência tomada através da Unidade de Modernização do Mercado Único, da Direção-Geral do Mercado Interno, da Indústria, do Empreendedorismo e das PME.

O eleito comunista destaca que, tratando-se de um monumento nacional, decorrem “óbvias responsabilidades do Estado Português na sua conservação, manutenção, valorização cultural e promoção do acesso à população, independentemente da forma como este as entenda exercer a cada momento”, e que não existe “qualquer justificação” para uma intervenção daquela entidade.

João Ferreira diz mesmo que, em última instância, são os impostos, “cuja criação, em Portugal, é uma prerrogativa exclusiva do Estado Central”, pagos pelos cidadãos residentes em território nacional que financiam o exercício das referidas responsabilidades.

Na pergunta enviada a Jyrki Katainen, o deputado ao Parlamento Europeu aproveita ainda para esclarecer que a Lei do Orçamento do Estado prevê entradas gratuitas aos domingos e feriados em todos os museus e monumentos sob alçada do Estado.

A medida foi uma das propostas do PCP no Orçamento do Estado de 2017, com vista à democratização do acesso à cultura. A gratuidade aos domingos tinha sido suspensa pelo governo do PSD e do CDS-PP, em 2014.

novas perspetivas com a reformulação do tarifário dos passes sociais onde a mesa está desastrosamente manca é no que diz respeito à habitação.

E se o diálogo privilegiado do Poder continuar a ser com fundos imobiliários, agentes imobiliários e proprietários imobiliários e as palavras chave continuarem a ser isenções fiscais, alojamento local, juros e empréstimos, penhoras e despejos, o problema continuará enovelado sobre si mesmo.

É necessário que no Orçamento figurem parcelas com destino à intervenção direta do Estado e que as parcerias se estabeleçam com os verdadeiros interessados: a população organizada, o cooperativismo, o mutualismo e instituições de previdência, incluindo o apoio à autoconstrução aqui entendido, não no sentido restrito de “fazer com as próprias mãos”, mas o da gestão do processo de construção ou da melhoria da habitação por iniciativa de cada família.

Há muito que fazer se para tanto houver vontade política e “uma banca ao serviço do povo”, como se dizia há 40 anos atrás.

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosMais
195 mil

Segundo números divulgados, com a entrada em vigor dos novos passes intermodais, de 1 de março a 5 de abril, na Área Metropolitana de Lisboa foram adquiridos mais 195 mil passes, comparando com o mesmo período do ano passado.

Só nos primeiros 5 dias de abril o novo passe representou 87% do total vendido.

Tal explosão de procura mostra aquilo que várias vezes afirmamos publicamente, que o preço dos transportes públicos promovia o transporte individual.

As contas eram fáceis de fazer, bastava comparar o valor do passe de duas pessoas para grande número de percursos com o gasto em combustível para os realizar nos dias de trabalho.

A prova real está à vista. O número fala por si e dispensa quaisquer comentários.

Como já aqui referimos, esta medida que além da eficácia que demonstra de transferir para o transporte público uma parte importante do transporte individual, é um ato de justiça social, tem como necessidade imperiosa o aumento da oferta.

Acontece que quando percorremos as páginas do chamado Programa Nacional de Investimentos 2030 na área do material circulante não encontramos a resposta sequer às necessidades sem o novo passe, quanto mais ao crescimento em curso.

A vida já demonstrou e devia servir de aprendizagem a quem decide nestas matérias, que abrir expectativas sem as respostas adequadas é escancarar a porta ao descontentamento e à luta pelas respostas que deviam ter sido tomadas.

Quem semeia ilusões colhe descontentamentos.

As comissões de utentes, nomeadamente no setor de transportes na zona da Área Metropolitana de Lisboa, têm vindo ao longo dos anos promovendo o esclarecimento, as reivindicações e a luta por preços mais justos e melhores condições de oferta.

Por certo, alcançado que foi um objetivo, não descansarão na luta pelos demais, onde a melhoria da oferta estará certamente à cabeça.

Nessas lutas um elemento há que ter em conta. Agora os utentes dos transportes públicos na Área Metropolitana de Lisboa já são mais 195 mil.

Um exército que já engrossou as suas fileiras e, tudo indica, irá continuar a crescer.

Rego Mendes

BARREIRO

População contra venda
de terreno público

A população do Barreiro está contra a decisão da Câmara Municipal de vender a privados a Quinta Braamcamp que tinha sido comprada no anterior mandato pela gestão CDU. A propriedade consiste num espaço com 21 hectares entre a Escola Alfredo da Silva e a Praia de Alburrica, e foi adquirida ao BCP, por 2,9 milhões de euros, no final de 2016.

Em fevereiro, Rui Braga, vereador do Planeamento, Gestão Territorial e Equipamentos, na Câmara do Barreiro (CMB) apresentou a proposta da autarquia que prevê a venda dos terrenos para investimento particular. “Frente ao rio vai nascer um complexo habitacional, com capacidade para alojar cerca de 500 novos habitantes, uma unidade hoteleira alocada nas antigas casas senhoriais e um vasto espaço verde, para usufruto público, que inclui a recuperação da caldeira para atividades náuticas”, afirmou então o autarca.

Entretanto, várias associações manifestaram a sua oposição à decisão com diferentes iniciativas. Uma delas, a Associação Barreiro - Património, Memória e Futuro, entende que a Quinta Braamcamp é “um bem patrimonial” integrado numa “zona classificada”, e que é considerada, segundo a legislação, “um bem de inestimável valor cultural” e que “não pode ser alienada com semelhante ligeireza”. A legislação em vigor “impõe que deva ser tratada como bem cultural e não como um imóvel que se coloca à venda no mercado com o único objetivo de obter o máximo lucro”, afirmou num comunicado.

Pelo movimento ‘A Quinta do Braamcamp é de todos!’, André Carapinha afirmava há várias semanas à Agência Lusa que já tinham recolhido milhares de assinaturas contra a venda do imóvel. Com a Cooperativa Mula, braamcamp.org e a Comissão de Utentes dos Serviços Públicos do Barreiro organizaram um passeio pelo terreno com a observação de pássaros e atividades para crianças.

Apesar da intenção anunciada pelos eleitos do PS na câmara de vender o imóvel, André Carapinha acredita



Várias associações manifestam-se contra a venda

que a autarquia volte atrás, mas avisou que se o município persistir nesta ideia, poderão recorrer à via judicial.

“Se for necessário, avançamos com uma ação judicial popular, mas confiamos que o executivo camarário será sensível a este movimento e não concretize a venda da Quinta do Braamcamp”, disse André Carapinha à Lusa.

O vereador da CDU Rui Lopo também se manifestou contra a venda do imóvel, considerando que se trataria de “um erro com consequências para as gerações futuras”.

O vereador do PSD, Bruno Vitorino, que tem uma palavra decisiva na concretização do negócio (o PS na Câmara do Barreiro tem quatro eleitos, a CDU também quatro e o PSD apenas um) admite dar luz verde ao negócio “desde que seja salvaguardado o interesse público”.

A Voz do Operário sabe que a autarquia retirou uma faixa contra a venda do imóvel e que, desde então, foram colocadas várias faixas e centenas de cartazes por toda a cidade.

URBANISMO

Novo projeto de construção
para o Miradouro de
Nossa Senhora do Monte

O Público noticiou que a Câmara Municipal de Lisboa está a analisar um projeto de construção para o terreno imediatamente ao lado do Miradouro de Nossa Senhora do Monte, o mesmo para onde a autarquia aprovou em 2017 um Pedido de Informação Prévia (PIP) que, a concretizar-se, prejudicaria a vista do miradouro. No ano passado, quando essa aprovação foi tornada pública, a população protestou junto do presidente da câmara, Fernando Medina, que foi forçado a comprometer-se publicamente a não aprovar nada que prejudicasse o usufruto daquela paisagem. O vereador do Urbanismo, Manuel Salgado, disse esta quarta-feira que “esse PIP já caducou e neste momento é ineficaz”, mas “entrou

um novo projeto que está a ser avaliado pelos serviços”.

De acordo com documentos obtidos pelo Público, o projeto contempla um edifício com um total de seis pisos, três visíveis a partir da Calçada do Monte e outros três a partir da Rua Damasceno Monteiro. Nesta proposta, a fachada do prédio é diagonal ao miradouro, para ficar alinhada com o ângulo das vistas definido no Plano Director Municipal (PDM).

Contudo, há mais de quatro mil assinaturas numa petição contra a construção que levantam também dúvidas sobre a estabilidade dos terrenos e lembram que aquele local está abrangido pela Zona Especial de Proteção da Capela de São Gens.

RESTAURAÇÃO

Ilegalidade usada como chantagem contra trabalhadores

Três imigrantes foram despedidos pelo sócio-gerente do restaurante Miradouro Ignez, espaço concessionado pela autarquia do Porto, alegando a situação ilegal no país dos funcionários. Os trabalhadores que tinham feito greve nos dias 1 e 2 de abril pelo pagamento pontual dos salários, entre outros direitos, rejeitaram o despedimento, tendo o sindicato assinalado que trabalham há mais de um ano no estabelecimento e que a sua situação se encontra em regularização junto das entidades competentes. O sindicato precisa que o processo só não se encontra concluído devido ao atraso da empresa na elaboração do contrato de trabalho escrito.

Depois de um dos trabalhadores, e delegado sindical, se ter apresentado ao trabalho, acompanhado pelo sindicato, com a confirmação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) de que se encontra em situação regular no país, a chefia da empresa recusou-se a aceitar a reintegração mantendo o despedimento.

O trabalhador já se tinha apresentado no local de trabalho para reiniciar funções no dia anterior, 16 de abril, na sequência da resposta do SEF, mas não foi recebido porque o patrão se encontrava ausente.



DISTRIBUIÇÃO

Pingo Doce persegue grevistas

Num comunicado enviado às redações, o Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP/CGTP-IN) acusa o Pingo Doce de perseguir os trabalhadores que estiveram num piquete de greve à porta de um dos seus supermercados na Estrada da Luz no passado dia 28 de março. De acordo com o CESP, a greve teve uma adesão significativa e os trabalhadores procuravam “transmitir aos clientes os problemas ali existentes, nomeadamente os baixos salários, os horários desregulados, a precariedade laboral e a repressão e intimidação que a gerente de loja tenta exercer sobre os trabalhadores”.

Nesse dia, o Pingo Doce chamou trabalhadores de outras lojas para substituir os que estavam em greve - algo que é ilegal - e, de acordo com o CESP, “está a transferir os trabalhadores que aderiram à greve para outras lojas”.

O sindicato afirma “que se trata de retaliação por terem aderido à greve”. Não existe nada escrito que o comprove, diz, mas é dado a entender aos trabalhadores a razão e “não é a primeira vez que esta situação acontece na empresa”.

Este comportamento mostra que “a empresa não valoriza nem respeita os trabalhadores, aqueles que fazem com que a empresa tenha milhões e milhões de lucros por ano”.

O sindicato recorda ainda que Pedro Soares dos Santos, administrador do Pingo Doce, ganha anualmente 1.9 milhões de euros, “o que equivale a 140 salários dos trabalhadores da empresa”.

INDÚSTRIA

Greve força empresa a pagar salários em atraso

Com sucessivos atrasos no pagamento de salários, a CNB/Camac, único fabricante português de pneus, em Santo Tirso, só regularizou as remunerações de março depois de os trabalhadores e o sindicato terem convocado uma greve. Pouco depois da hora de almoço, os trabalhadores em greve reuniram-se na portaria da empresa de pneus e o sindicato fez saber que o protesto estava convocado por tempo indeterminado, até que a administração pagasse os salários em dívida desde 29 de março. Ainda antes das 17 horas, o sindicato informou que já estava regularizado o pagamento dos salários.

Em março do ano passado, o *Jornal de Negócios* informava que a empresa dizia que ia entrar num projeto de 250 milhões de euros, apesar dos salários em atraso e das dívidas a credores. Não obstante a acumulação de prejuízos, do incumprimento do plano de reembolso dos credores e das promessas falhadas dos gestores, desde que a fábrica de Santo Tirso reabriu, em março de 2010, a empresa tem vivido sempre em depressão financeira e comercial.

Ainda em agosto de 2017, o presidente da Camac garantia ao *Negócios* que esta iria, finalmente, chegar ao “break even” nesse ano. Na realidade, encerrou último exercício novamente no “vermelho”, com prejuízos próximos de um milhão de euros. E a facturação, apesar de ter subido meio milhão, ficou-se por uns magros 2,7 milhões de euros, dos quais “80% são exportações”.

A VOZ dos livros



Das Origens, de Pedro Estorninho

Pedro Estorninho em *Das Origens*, traz para a literatura que tem o Alentejo como paisagem e singular espaço antropológico, cultural e humano, uma poética do real sobre a terra, o sol, os homens que vivem e trabalham nesse chão imenso, rios, aldeias, vilas, montados, memórias dúcteis e outras ainda em ferida, difíceis de tragar. Também uma geografia de raízes, de bagagem sensível, de impressivos afectos para a vida toda.

Nesta dúzia de contos - alguns irrepreensíveis na destreza e segurança com que o discurso flui -, o que neles nos toca é essa fala telúrica que se retém ao abrigo primordial, ao primeiro horizonte do olhar e dos sentidos, esse modo a um tempo sombrio e solar de dizer as raízes, as gentes, as modas, os trabalhos, a luta e a coragem. Não apenas o *cante* do homem comum, mas a descrição, alicerçada num realismo ágil e descomplexado, das suas mágoas, dos que tenazmente trabalham a terra madrastra, território que durante séculos foi um longo latifúndio com gestão persecutória e feudal.

Pedro Estorninho diz nestes contos a bestialidade que habitou o país durante os consulados sinistros de Salazar e Caetano, em particular o Alentejo e o seu povo, ferindo-os com estilete mais fundo e demoradamente do que em outras parcelas do território.

Crónicas de trabalhos e memórias. Dos sons que vêm da infância e se fixam na pele e na memória, como os sabores e os cheiros, para sempre. A açorda para três, menos para o *Azeitona* «que não afina» com tão repetido manjar. A camaradagem, o trabalho que irmana os homens, gente que «nem idade tem» para tão violentas tarefas, trabalho duro, sol a pique sem sombra que proteja os corpos dobrados sobre a terra, de sol a sol até às lutas e greves de 62 por melhores condições de trabalho, pela jornada de oito horas, que levaram muitos trabalhadores, homens e mulheres, às prisões fascistas. Não ter idade mas ter fome, a doer, marcas na memória ferida de tanto caminho de urzes andado, «ainda o rei e a República vinham à boca das gentes». A terra, sempre a terra e dela «a gravidade que cola um homem ao chão e o faz caminhar direito sobre ele». Estes contos de Pedro Estorninho transporta-nos para os referentes culturais e identitários de um tempo geracional anterior ao 25 de Abril, às lutas, à resistência, aos remorsos do que ficou por fazer, à perplexidade e à raiva (à *Raiva* que Sérgio Tréfaut nos dá, sem artifícios formais, a ver) perante o arbítrio e a barbárie de um tempo injusto.

DAS ORIGENS, de Pedro Estorninho – Edição Página a Página /2019

Domingos Lobo

1.º DE MAIO

CGTP-IN realizou ações em cerca de 40 localidades em todo o país



CGTP afirma que a participação nas acções do Dia do Trabalhador aumentou

Foram momentos de celebração do legado de direitos que este dia transporta para os trabalhadores, mas sobretudo de reivindicação: a questão da regulamentação dos horários de trabalho e o aumento do salário mínimo nacional (SMN), encabeçam as reivindicações.

Sandra Monteiro, jornalista, considera que o significado do 1.º de Maio não mudou muito, desde a sua primeira celebração. “A luta dos trabalhadores por uma vida digna continua a fazer todo o sentido, para que o fruto do nosso trabalho não vá, tão desigualmente distribuído, entre o capital e o trabalho”. Para a jornalista, essa tensão não

desapareceu, bem pelo contrário. “Muitos dos avanços alcançados pela luta dos trabalhadores ao longo dos anos, como a contratação coletiva, férias e descanso, tem sido cada vez mais contrariada pela prática”.

Dinis Lourenço, 27 anos, monitor de ATL, reconhece os avanços conquistados coletivamente ao longo da história e aponta razões para persistir nesta jornada. Considera que combate à precariedade e à instabilidade no trabalho é das principais reivindicações dos jovens trabalhadores, para que o direito à constituição de família e ter uma vida fora do trabalho, com descanso e organizada seja uma realidade.

CGTP quer salário mínimo nos 850€

A principal reivindicação ouvida nas ações por todos o país, viria a ser respondida ao final da tarde, pelo secretário-geral da CGTP-IN, Arménio Carlos, na intervenção que dirigiu aos trabalhadores na Alameda D.Afonso Henriques, em Lisboa, quando anunciou que a central sindical exigirá o aumento do salário mínimo para o 850€, estando a central sindical “desde já disponível para discutir os termos da sua implementação.”

Durante a manifestação na capital, a Voz do Operário questionou Célia Lopes, sobre a aplicabilidade de uma subida do SMN. Para a dirigente sindical, este aumento é “sem sombra de dúvida possível e exigível”, acrescentando que se o SMN tivesse evoluído pelo valor da inflação, de 1974 até hoje, estaria atualmente na ordem dos 1200 euros. Actualmente o SMN está nos 600€, valor que a sindicalista caracteriza como insuficiente para um trabalhador subsistir com dignidade ao longo do mês.

Trabalhadores do comércio em greve

A convocação de greves no sector da distribuição e restauração no 1.º Maio tem sido a resposta dos sindicatos às tentativas crescentes das grandes cadeias de desvalorizar e terminar na prática com o direito ao descanso neste dia, em operações com práticas comerciais e laborais agressivas e com objectivos abertamente ideológicos. A resposta foi significativa, com uma adesão superior à registada nos últimos anos, de que foi exemplo com o encerramento da maior parte das lojas do Mini-Preço como consequência desta jornada de luta, afirmou Arménio Carlos.

25 DE ABRIL

Na rua se fez, na rua se defende

Quando a revolução saltou dos quartéis para as ruas, o povo inundou-as para a puxar da barriga da mãe. Este parto colectivo terá sido a melhor maneira de garantir que a revolução não chegará à orfandade. *Cravo vermelho ao peito a muitos fica bem*, mas o *jeito*, já não é o mesmo que então Barata Moura cantava. E da rua, 45 anos volvidos, ninguém tirou as pessoas, que anualmente continuam a inundar as principais praças e avenidas do país para levantar cravos, defendendo os valores da Abril na vida de hoje, pessoal e coletiva: operários, funcionários públicos, trabalhadores da cultura, coletivos em defesa da habitação, jovens, coletividades populares, associações de mulheres. Grande parte dos que hoje desfilam não eram nascidos em 1974.

Homenagem à resistência em Peniche

Mas nestes 45 anos de Abril, as praças e avenidas disputaram a atenção com um local marcante da luta antifascista. Peniche recebeu momentos altos das celebrações.

No próprio dia, foi inaugurada a exposição «Por Teu Livre Pensamento» e um monumento memorial com a inscrição dos nomes de todos os presos que passaram por aquela prisão política fascista. “Nomeai um a um todos os nomes // Lutaram e resistiram // A liberdade guarda a sua memória nas muralhas desta fortaleza”, é o escrito, da autoria do historiador António Borges Coelho, também ele ex-presos de Peniche, que encabeça a lista de 2510 nomes.

Esta inauguração pretendeu assinalar o início da primeira fase da instalação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade. Este museu foi uma exigência dos movimentos antifascistas e das populações, que ao longo dos anos se manifestaram contra o abandono da fortaleza e intenções, que chegaram a ser tornadas públicas, de tornar o espaço num hotel. Derrotadas essas intenções, a luta pela recuperação e qualificação de do Forte Peniche foi materializada numa proposta legislativa do PCP.

A homenagem contou com a presença de várias centenas de pessoas, nomeadamente ex-presos políticos e familiares, militares de Abril e personalidades

de diversos quadrantes políticos, deputados, membros do Governo, nomeadamente o primeiro-ministro António Costa, autarcas, dirigentes sindicais e das associações militares.

O histórico militante do PCP e resistente antifascista, hoje Conselheiro de Estado, Domingos Abrantes, na sua intervenção, referiu que o momento pretendia «perpetuar o nome e a memória dos mais de 2500 presos aqui encarcerados ao longo de 40 anos», sublinhando que esta era «gente com rosto, seres comuns: operários, camponeses, pescadores, militares, religiosos, estudantes e intelectuais. Portugueses, africanos e indianos, pessoas de opções ideológicas diferentes, mas todos irmanados na causa comum contra o fascismo. Todos obreiros da liberdade». Domingos Abrantes classificou o momento de «alto significado político e justiça histórica».

Este ato público foi concluído no dia 27 de abril, data em que se assinalaram 45 anos sobre a libertação dos presos políticos. O Museu Nacional Resistência e Liberdade abre em 2020.

ISRAEL



Eleições deram vitória ao já primeiro-ministro Benjamin Netanyahu

Eleições em Israel: entre a anexação e a ocupação

Carlos Almeida

No dia 9 de Abril de 1948, uma operação de diferentes milícias sionistas varreram a fogo a pacata vila palestina de Deir Yassin, deixando para trás um rasto de morte e destruição. Setenta e um anos depois, as 21.^a eleições em Israel abriram a Benjamin Netanyahu a possibilidade de se tornar no primeiro-ministro há mais tempo em funções na história daquele estado. A coincidência de datas, terá sido um acaso, mas diz muito sobre os resultados eleitorais e o quadro político em Israel.

A comunicação social discorreu sobre as diferenças que separariam Netanyahu

e o principal opositor, o general Benjamin Gantz, antigo chefe do estado maior general das forças armadas de Israel e que, nessa qualidade, dirigiu as sangrentas operações militares contra a faixa de Gaza, em Novembro de 2012 e entre Julho e Agosto de 2014. Mas melhor que ninguém, Gideon Levy, na sua crónica habitual no jornal Haaretz, no dia 28 de Abril, sintetizou os resultados eleitorais do passado dia 9 na seguinte frase: “o campo pró-anexação venceu o campo que favorece a perpetuação da ocupação”.

Os processos judiciais que ameaçam sentar Netanyahu nos tribunais sob as acusações de fraude e suborno estiveram no centro do debate, assim como a eterna discussão sobre se os estudantes

das escolas religiosas judaicas devem ou não estar isentos do serviço militar. Contudo, os problemas centrais do estado de Israel, o agravamento das discriminações que retiram à comunidade palestina a condição de cidadania plena, a política de limpeza étnica e colonização dos territórios palestinos ocupados em 1967, assim como a questão geral do reconhecimento do estado da Palestina conforme as inúmeras resoluções da ONU, estiveram ausentes do debate político, reflectindo o alinhamento de todo o espectro político sionista com a política de Netanyahu. Assim se compreende que, no seu conjunto, as diferentes versões da direita sionista, xenófoba, ultra-ortodoxa e segregacionista, tenham conquistado 100

dos 120 lugares do parlamento israelita, e que o Partido Trabalhista, que dominou a política de Israel até ao final da década de 1970 tenha sido reduzido a 6 deputados, tantos quantos os alcançados pela coligação Hadash-Ta'al, na qual se inclui o Partido Comunista de Israel.

Estes resultados são indissociáveis do total seguidismo da política norte-americana em relação aos interesses estratégicos de Israel, reforçada ainda sob a administração Trump e bem ilustrada pela declaração do Presidente dos EUA, proferida dias antes das eleições em Israel, reconhecendo a anexação dos montes Golã, território sírio ocupado em 1967, medida que se soma ao reconhecimento de Jerusalém como capital do estado de Israel, em Dezembro de 2017. É essa convergência – à sombra da qual Israel se permite amiúde e em total impunidade bombardear território soberano da Síria – que alimenta a ambição de Netanyahu e dos círculos sionistas de proceder à anexação dos territórios palestinos ocupados em 1967, tal como prometeu no último dia de campanha eleitoral, e os pormenores que se vão conhecendo do chamado “plano do século”, negociado pelo genro de Trump, confirmam.

A ameaça da demolição, para breve, de cerca de 500 habitações em Jerusalém oriental, e a continuada chacina sobre os manifestantes da grande marcha do retorno, na faixa de Gaza, fazem pensar que, passada a operação de branqueamento que será o festival da Eurovisão, o novo governo em Israel se lançará numa nova escalada repressiva contra o povo palestino. A greve da fome dos presos políticos palestinos nas cadeias de Israel, entre os dias 8 e 15 de Abril, mostrou entretanto que, pese embora as divisões que persistem entre as organizações da resistência nacional, o povo palestino está determinado e unido na resistência à ocupação e na luta pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais.

ESPANHA

Capital redistribui fichas na extrema-direita

O Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE) foi o mais votado nas Eleições Gerais de 26 de Abril: passou de 5,4 para 7,5 milhões de votos e de 85 para 123 deputados. A existência de presos políticos independentistas bascos e catalães e o apoio à suspensão da autonomia catalã (artigo 155), não impediu o PSOE de aumentar os seus votos nessas comunidades. O Partido Popular (PP), assolado por vários escândalos de corrupção e desgastado por décadas de políticas anti-sociais, regista o seu pior resultado: 4,3 milhões de votos

(menos 3,5) e 66 lugares (menos 71). O Ciudadanos (C's), também umbilicalmente ligado às grandes empresas (o “Podemos de direita” como dizia um banqueiro espanhol), sobe para terceira força mais votada (passa de 3,1 para 4,1 milhões de votos e de 32 para 57 mandatos). Consolida-se como escape à desagregação do PP e, *de facto*, já lidera o campo da direita. A coligação Unidas Podemos (que agrega o Podemos e a Izquierda Unida) desce para 3,7 milhões de votos (menos 5) e passa de 71 para 42 deputados. Mantém-se, con-

tudo, como força indispensável para qualquer solução governativa sem as forças de direita e da extrema-direita franquista (PP, C's e VOX). Igualmente significativa é a entrada do Vox (partido fascista, xenófobo e racista) no Congresso, com mais de 2,6 milhões de votos. Institucionalizado por PP e C's na Andaluzia (suporta o seu governo nessa comunidade) e verbalizando o discurso ultra-franquista que o PP nunca deixou sair do espaço público, o Vox é já apontado como solução plausível por sectores relevantes dos grandes negócios.

Como a soma dos deputados de PP, C's e Vox (125) fica longe da maioria no Congresso (176), os resultados parecem ditar que será ao PSOE que caberá a procura uma solução governativa. Apontado como cenário possível está a reedição da “fórmula” anterior das eleições (governo do PSOE com o apoio de Unidas Podemos e das forças independentistas catalães). Embora não excluída por sectores importantes do PSOE, parece fora de equação uma coligação com o C's vista a recusa reiterada do líder do partido.

DESIGN



Equipamento urbano alusivo à Bauhaus, na Alemanha, celebrando a cultura, a arte e o design

100 anos de Bauhaus

Fatima Rolo Duarte, designer

Pego na pesada caixa «Bauhaus: Weimar, Dessau, Berlin, Chicago», fundo negro, tipografia a branco lê-se ao alto BAUHAUS sem mais informação. As cores que dão pelo nome de CMYK (cyan, magenta, yellow e key [black] para que se não confunda com blue) ficam para a contra-capta e de novo BAUHAUS. É também necessário olhar para a lombada, agarrar as 600 e muitas páginas, para descobrir o nome de Hans M. Wingler e a editora responsável MIT Press e nada do que acima descrevi é um acaso. Tudo bate certo com o conteúdo, este assunto. Antes do mais, interessa identificar Wingler (1920-

1984) enquanto historiador de arte. De há muito que não penso na Bauhaus, no desenho, na ideia. Porque, segundo «eles», os da Bauhaus, Gropius: A instituição não era uma instituição, mas uma ideia à luz do dia 12 de Abril de 1919. Ancorada em Weimar, a Casa da Construção (estarei certa no traduzir, eu, a traidora?), abrigava as vanguardas modernistas europeias, mas pretendia ir mais além. Basta ler-lhe o Manifesto e cito: «Arquitetos, escultores, pintores, devemos retornar ao artesanato, pois não existe “arte por profissão”! Não existe nenhuma diferença essencial entre o artista e o artesão. O artista é uma elevação do artesão. A graça divina, em raros momentos de luz que estão além de sua vontade, inconscientemente faz florescer

arte da obra de sua mão, entretanto, a base do “saber fazer” é indispensável para todo artista. Aí se encontra a fonte primordial da criação artística. Formemos, portanto, uma nova corporação de artesãos, sem a presunção elitista que pretendia criar um muro de orgulho entre artesãos e artistas! Desejemos, imaginemos, criemos juntos a nova construção do futuro, que juntará tudo numa única forma: arquitetura, escultura e pintura que, feita por milhões de mãos de artesãos, se elevará um dia aos céus como símbolo cristalino de uma nova fé vindoura.» Encontro na *net* esta versão que me facilita a vida. Tenho-a algures na mais confusa biblioteca universal ou pelo menos é essa a minha pretensão e defesa. Ao que interessa, eis, pois, a utopia fundadora, um modo de vida dentro da conturbada República de Weimar e na mira destruidora de Hitler, que obrigou a transladação da Gesamtkunstwerk, (obra de arte total) para Dessau, marcada com o mortal ferrete de «arte degenerada» e a perseguição decretada por Hitler para o ameaçador centro de intelectuais comunistas e fim com letra muito pequena porque a semente Bauhaus espalhou-se pelo mundo. E bem. São tantos os fantásticos nomes que significam Bauhaus, que trazem esta Casa no seu apelido: Gropius, Van Der Rohe, Kandinsky, Paul Klee, Johannes Itten, Albers, Breuer, Marks, Moholy-Nagy, Muche, Schlemmer, Joost Schmidt, Schreyer, Marianne Brandt, Starke, Omar Akbar, Dell... e as reticências servem bem para as influências da «ideia» Bauhaus e os seus 14 anos de existência conturbada. Acima de tudo, é de reter a força das preocupações sociais para com os mais desfavorecidos e uma estética tão intensa quanto ainda hoje alimenta detratores como o escritor Tom Wolfe que no seu livro «From Bauhaus to Our House», 1989, se dedica a atacar as traves mestras da Bauhaus. Desde as linhas rectas à atenção dada ao proletariado. Nada que espante em T. Wolfe, apenas uma curiosa anedota na continuidade do que se iniciou não como uma instituição, mas antes como a ideia defendida por Gropius: «As antigas escolas de arte não eram capazes de criar essa unidade, e como poderiam, já que a arte não pode ser ensinada? É preciso que elas voltem a ser oficinas».

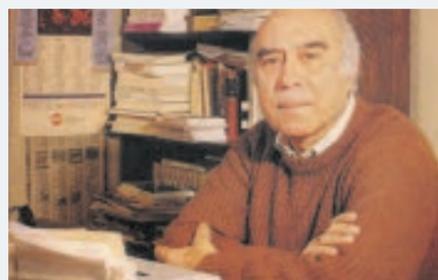
Sugestões culturais:

FIMFA
9 a 26 de maio



O FIMFA Lx - Festival Internacional de Marionetas e Formas Animadas decorre em vários espaços da cidade de Lisboa. A programação prevê cerca de 20 espetáculos de companhias de 12 países. A abertura terá lugar no Castelo de S. Jorge, com as Marionetas Gigantes de Moçambique. Destacamos a programação no LU.CA – Teatro Luís de Camões, especialmente pensada para os mais novos.

Fernando Namora 100 anos
18 de maio a 17 de novembro



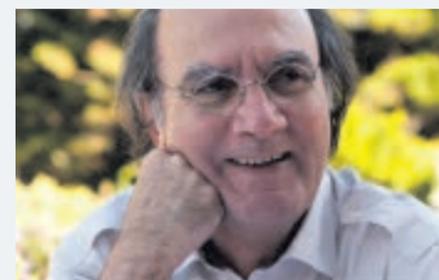
“E não sei se o mundo nasceu”
O Museu do Neorealismo, em Vila Franca de Xira, inaugura a exposição dedicada ao centenário do escritor Fernando Namora, com curadoria de António Pedro Pita. Revisitando o seu percurso e obra, se procura aclarar o seu papel determinante para o enriquecimento do movimento neorealista, suas experiências estéticas, num universo que o próprio declarava de urgências.

A Crise Académica de Coimbra. 1969.
Editorial Caminho



A Crise Académica de Coimbra de 1969 – grande vaga de luta estudantil que teve lugar nessa Universidade há 50 anos – constitui-se como um destacado momento na luta contra o regime fascista. Os estudantes que nessa altura colaboravam com a Secção Fotográfica da Associação Académica de Coimbra, organizaram-se para fazer uma cobertura detalhada. Parte dessas obras são aqui apresentadas.

Festival de Maio
10 e 11 de maio



Decorre no recém inaugurado Parque Urbano do Seixal, com concertos cujo objetivo se centra na difusão de propostas artísticas que foquem a intervenção: da política à crítica social, do ativismo ambiental às lutas contra a discriminação de raça e género. Destaque para as atuações de Fausto, Capicua e Kusturica and The No Smoking Orchestra.



O Presidente da Direção, Manuel Figueiredo, recebeu as insígnias da Ordem da Liberdade

A Voz do Operário é Membro Honorário da Ordem da Liberdade

A Voz do Operário recebeu, no dia 22 de abril, através de Manuel Figueiredo, presidente da direção, pelas mãos do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, as insígnias de Membro Honorário da Ordem da Liberdade. A cerimónia de agradecimento realizou-se no Palácio de Belém com a presença de António Costa, primeiro-ministro, Eduardo Ferro Rodrigues, presidente da Assembleia da República e de vários conselheiros de Estado, como Jorge Sampaio.

O Presidente da República voltou a recordar o papel d'A Voz do Operário na luta pela liberdade e pela igualdade como já tinha feito no jantar de aniversário dos 136 anos da instituição, quando anunciou a atribuição desta ordem honorífica. Na altura, Marcelo Rebelo de Sousa afirmou o reconhecimento do seu papel social. "Nasceu para defender os mais explorados, os mais oprimidos, os mais pobres, os mais sacrificados, nomeadamente a classe operária. [Lutou] no final da monarquia, continuou a lutar por ela e por outros sacrificados

na transição para a república e, em particular, durante a ditadura", destacou o chefe de Estado.

Lembrou que A Voz do Operário recebeu a Ordem do Mérito também pelo seu combate contra o fascismo e que mais tarde foi agraciada com a Ordem da Instrução Pública pela sua intervenção social através da educação e da cultura. Agora, entendeu atribuir as insígnias de Membro Honorário da Ordem da Liberdade como "homenagem à sua luta pela libertação dos operários e das classes trabalhadoras em geral". São 136 anos de resistência reconhecidos pela mais alta instância do Estado português quando se comemoram 45 anos da revolução de Abril.

Foi justamente depois da revolução que se criou da Ordem da Liberdade, com o objetivo de agraciar os que se notabilizam em defesa da liberdade, da democracia e dos direitos humanos. A Ordem foi destinada a distinguir e galardoar serviços relevantes prestados à causa da democracia e da liberdade.

A Voz do Operário há 100 anos

O 1.º de Maio

Apesar dos boatos tendenciosos destinados a estabelecer o pânico e o terror, decorreram imponentes as manifestações do 1.º de Maio, sem que a mais pequena nota discordante viesse empanar o brilho d'essas manifestações.

O trabalho quasi que paralysoou por completo, fechando mesmo a quasi totalidade das casas comerciais.

O comício, realizado no Parque Eduardo VII, foi um dos mais deslumbrantes a que temos assistido. Afirmação potente da força operaria, elle conservou-se sempre no campo elevado dos principios e das affirmações revolucionarias.

O espectáculo social, realizado no Theatro de S. Luiz, em honra do nosso presado collega *A Batalha*, composto pelo distincto maestro Thomaz Del-Negro, letra do nosso presado amigo e inspirado poeta operario, João Black.

O movimento grévista

A enorme carestia da vida, que todos suppunham ir diminuir, quando terminada a guerra e que afinal augmentou escandalosamente, tem obrigado todas as classes salarizadas a reclamar a melhoria das suas condições economicas, tendo algumas d'estas classes, para fazer vingar as suas reclamações, de se declarar em grève.

Á hora em que *A Voz* vae para a machina, estão em grève o pessoal da camara, o pessoal dos electricos, os corticeiros e outras classes.

A Batalha

Augmentou de formato este nosso presado collega da imprensa operaria. O seu numero do 1.º de Maio, profusamente illustrado, constava de seis páginas, e a edição, embora elevada, esgotou-se por completo.

O Combate

É o titulo d'um diario socialista, grande formato, e de boa disposição dypographica, que acaba de sahir em Lisboa, tendo a sua redacção e administração na Travessa da Boa Hora.

Ao novo collega, com quem estabelecemos a permuta, desejamos as maiores prosperidades.

A Voz do Proletario

Um grupo de camaradas do Porto, á frente dos quaes o nosso velho e dedicado amigo Torquato Joaquim do Couto, resolveu a publicação, no dia 1.º de maio, d'um numero extraordinario do antigo semanario que no Norte foi o defensor intemerato dos interesses dos manipuladores de tabaco.

5 de maio de 1919